

Avaliação da aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos

Cláudia Soutinho Ribeiro Silva*

*A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir*
Chico Buarque

Resumo

O PROEJA é um programa inovador na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, criado pelo governo federal em 2005. Este artigo busca refletir sobre as práticas avaliativas realizadas pelos professores do PROEJA do Colégio Pedro II - Rio de Janeiro - RJ. Este estudo consiste em uma investigação teórica acompanhada de pesquisa de campo, observações, análise documental e dos questionários respondidos por professores e alunos. Procurou-se identificar e analisar as concepções de educação subjacentes às práticas avaliativas e em que medida estas garantem um ensino de qualidade e um efetivo acompanhamento do aluno e de seu processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação. PROEJA. Aprendizagem.

Introdução

Esta pesquisa trata sobre avaliação da aprendizagem dos alunos do Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Pós-graduação *lato sensu*. Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica, na modalidade Educação de Jovens e Adultos

na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, busca investigar as atuais práticas avaliativas realizadas pelos professores do PROEJA do Colégio Pedro II. A instituição pesquisada é pública e federal e oferece o curso de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores de Nível Médio, com habilitação em Montagem e Manutenção de Microcomputadores.

O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, através da observação e questionários aplicados aos professores e alunos do PROEJA, visando detectar suas impressões sobre as práticas avaliativas e seus efeitos sobre o aprendizado.

A avaliação é, sem dúvida, um dos aspectos mais questionados e controvertidos da prática pedagógica. Segundo Enguita (1989, p.206):

As funções da avaliação são potencialmente duas: o diagnóstico e a classificação. Da primeira, supõe-se que permita ao professor e ao aluno detectar os pontos fracos deste e extrair as conseqüências pertinentes sobre onde colocar posteriormente a ênfase no ensino e na aprendizagem. A segunda tem por efeito hierarquizar os alunos, estimular a competição distribuir desigualmente as oportunidades escolares e sociais e assim sucessivamente. A Escola prega em parte a avaliação com base na primeira função, a avaliação com base na primeira função, mas a emprega fundamentalmente para a segunda.

Os educadores, em geral, discutem muito como fazer a avaliação, sugerem metodologias diversas, mas ainda não compreendem, verdadeiramente, o sentido da avaliação e como ela pode contemplar o efetivo acompanhamento do aluno.

É necessário, portanto, oportunizar ao educador a tomada de consciência sobre a contradição existente entre a ação de educar e a concepção de avaliação como resultado e como julgamento (HOFFMANN, 2003).

Diversos autores defendem que toda ação educativa tem uma intencionalidade, que deve estar em consonância com o referencial teórico e metodológico adotado pela instituição de ensino e pelos profissionais que nela atuam. Partindo dessa premissa, é necessário que se estabeleça uma profunda reflexão acerca do que se deseja alcançar trabalhando com jovens e adultos. O Colégio Pedro II, ao iniciar o PROEJA, em 2006, instituiu uma nova vertente educacional e um duplo desafio aos profissionais: trabalhar com jovens e adultos que, por motivos variados, interromperam seus estudos e integrar conhecimentos da educação básica e da educação profissional, perspectivas até então inexistentes na estrutura acadêmica da instituição,

que possui uma reconhecida trajetória de 171 anos no ensino regular.

Com esse trabalho, pretende-se abordar a questão da prática avaliativa realizada pelos professores do PROEJA do Colégio Pedro II, à luz da Portaria de Avaliação 745, de 09 de maio de 2008, que preconiza que “a avaliação diagnóstico-formativa realizar-se-á na sala de aula, partindo da situação real inicial do aluno e das expectativas em relação àquilo que o professor pretende com a ação pedagógica.”

A criação do PROEJA e sua implantação no Colégio Pedro II

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA- foi instituído no Colégio Pedro II pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 para atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio da qual em geral, são excluídos. Desde então percebe-se que não houve uma ampla discussão com os profissionais envolvidos, levando em conta a pouca experiência da instituição no ensino profissional tecnológico.

Segundo o Documento base, de 2006, “O PROEJA surge ao mesmo tempo em que puderam ser removidos os obstáculos legais que impediam a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Lei nº 9649/98). Após um período de estagnação, por conta de uma opção pela gradual privatização da educação profissional, o que causou enormes prejuízos ao processo de desenvolvimento nacional, o atual governo percebeu a importância de uma rede profundamente vinculada às matrizes produtivas locais e regionais, capaz de articular a educação profissional à formação propedêutica, com a possibilidade de oferta verticalizada - do ensino médio ao ensino superior de graduação e pós-graduação - na perspectiva de uma formação para a cidadania.

O PROEJA iniciou no Colégio Pedro II - Unidade Engenho Novo, unidade onde foi realizada a pesquisa, em setembro de 2006, com duas turmas de 35 alunos. Em 2007 foram formadas mais quatro turmas, duas no primeiro semestre e duas no segundo semestre. Em 2008 só houve acesso por concurso no primeiro semestre, com mais duas turmas iniciadas. Atualmente o PROEJA conta com cinco turmas com uma média de vinte e dois alunos por turma.

Pretende-se, a partir da análise das orientações sobre avaliação contidas no documento base do PROEJA e na Portaria nº 745, do Colégio Pedro II, que “Estabelece a diretriz de Avaliação do Ensino nº 04/PROEJA,

que regula o processo de ensino aprendizagem dos alunos integrantes das turmas instituídas de acordo com o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA –, para as turmas que se iniciam no ano letivo de 2008”, verificar as práticas avaliativas realizadas e se essas garantem um efetivo acompanhamento dos alunos no seu processo de aprendizagem.

A Portaria nº 745, de 09 de maio de 2008

A portaria nº 745, de 09 de maio de 2008, expedida pela Direção Geral, que estabelece a diretriz de avaliação do PROEJA para 2008, foi resultado de reformulações da portaria anterior, a partir de opiniões a respeito da prática pedagógica e das Diretrizes de avaliação do Ensino em vigor no ano letivo de 2007, emitidas nos Colegiados dos Departamentos e Conselho Pedagógico, registradas pela Secretaria de Ensino.

Nesse documento encontram-se descritas as orientações para realização das práticas avaliativas, que foram investigadas, nesse trabalho, a partir das observações feitas no dia a dia escolar e também a partir da análise dos questionários respondidos por alunos e professores. A orientação tem como base dois pressupostos conceituais: a diagnose e a certificação.

A diagnose preconiza o trabalho de acompanhamento do aluno durante todo o processo de ensino-aprendizagem, identificando os avanços e dificuldades e reorientando o trabalho do professor, possibilitando a realização de interferências positivas para uma melhor ação pedagógica.

Verifica-se que o documento propõe uma avaliação baseada no diagnóstico, que segundo Luckesi (2000), “é o primeiro ato básico, que implica, como seu primeiro passo, coletar dados relevantes, que configuram o estado de aprendizagem do educando ou dos educandos.” É sugerido também que o diagnóstico se configure “a partir da situação real inicial do aluno e das expectativas daquilo que o professor pretende com a ação pedagógica”.

Quanto aos instrumentos de avaliação, a portaria enumera alguns fatores que viabilizarão a avaliação, tornando-a metodologicamente eficaz e compatível com o processo de ensino-aprendizagem em vigor, tais como: “a natureza e a amplitude dos saberes, atitudes e valores que se deseja desenvolver e alcançar; amplo espectro de conteúdos disciplinares e/ou interdisciplinares; a situação de aprendizagem que está sendo vivenciada; o desempenho estimado do aluno; as competências necessárias para o desenvolvimento do aluno.”

A certificação é “a expressão numérica dos patamares alcançados pelos alunos e representa, documentalmente, a comunicação institucional da síntese do desempenho escolar, em determinado período letivo, considerando os aspectos quantitativos e qualitativos do processo de avaliação.” Durante o ano letivo acontecem duas certificações que são compostas da seguinte maneira: 50% destinado a AFP (Avaliação Formal do Período) – prova formal individual; 40% destinado a média aritmética das ADs (Avaliações Diversificadas), a critério do professor, não podendo ser prova ou teste formal e 10% destinados à AA (Autoavaliação) feita pelos alunos, com critérios estabelecidos pelo SESOP – Serviço de Supervisão e Orientação Pedagógica.

Fica estabelecido também que as Unidades Escolares podem organizar a prova formal individual em uma semana específica ou não, conforme planejamento interno, o que demonstra que há certa autonomia em relação a aplicação do instrumento, que pode ser feito de maneira mais natural, sem que se reserve um “momento solene”, com ritual especial, que normalmente gera tensão e medo na maioria dos alunos. Na prática, porém, alegando questões de tempo e melhor organização da avaliação, a semana de provas é adotada no PROEJA, sem que haja questionamento por parte dos professores e da equipe pedagógica. Normalmente, inclusive, acontece no final do processo.

Sobre essa questão, Vasconcellos (1998, p.46) afirma:

A avaliação tradicional acaba funcionando como “válvula de escape”: diante dos desafios do cotidiano escolar, ao invés de se investigar e buscar melhores alternativas parte-se, com facilidade, para responsabilizar o aluno, considerado inapto, sem base, desinteressado, irresponsável, desviando-se mais uma vez a atenção do essencial.

Nota-se, prosseguindo na análise da portaria, que o aspecto qualitativo é considerado, mas ainda não é preponderante sobre o quantitativo. A utilização de variados instrumentos de avaliação permite conhecer os progressos e dificuldades dos alunos e também dos professores. A coleta de informações por meio de diferentes instrumentos incentiva a reflexão conjunta sobre os resultados obtidos, facilitando a interpretação dos mesmos a favor da promoção e da melhoria da aprendizagem, ainda que as normas classificatórias previstas na portaria nº 745 no que diz respeito às certificações – atribuição de notas, critérios para aprovação, recuperação e reprovação – dificultem essa ação.

Fica claro, portanto, que a portaria nº 745, oferece certa autonomia aos docentes, mas também define procedimentos de certificação que expressam e reafirmam a função classificatória da avaliação através da quantificação dos resultados em números que resultam em aprovação ou reprovação do aluno. É importante reconhecer que existem limites das condições de trabalho e limites do próprio sujeito, que precisam ser superados para que o professor resgate o espaço de autonomia dentro da instituição escolar.

De acordo com Demo (2007, p.171) “Classificar não implica necessariamente excluir, estigmatizar, diminuir. Classificar alunos que aprendem bem e outros que aprendem mal, não implica necessariamente estigmatizar um lado. Pode ser procedimento muito ajuizado para cuidar melhor dos que mais precisam.”

Vasconcellos (1998) ressalta a importância da mudança de postura do professor frente à avaliação: “Novas ideias abrem a possibilidade de mudança, mas não mudam. O que muda a realidade é a prática. As ideias se enraízam a partir da tentativa de colocá-las em prática.”

O professor precisa perceber que tem um poder de intervenção que é limitado, mas real e que pode ser ampliado pela articulação com outros sujeitos, em torno do processo de aprendizagem.

O que dizem os professores do PROEJA sobre a avaliação

Com a implantação do PROEJA, o Colégio Pedro II teve que se abrir a novas possibilidades, buscando, inclusive, superar a visão preconceituosa que muitos profissionais ainda têm da Educação de Jovens e Adultos.

A partir da análise dos questionários respondidos pelos professores, pode-se perceber a visão que eles têm a respeito do processo de avaliação e também a intenção das práticas avaliativas, como mantenedoras ou transformadoras da ordem social estabelecida. Responderam ao questionário docentes representantes das seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (2), Matemática, História, Geografia, Sociologia, Biologia, Informática, Química e Física, num total de dez docentes. A maior parte dos professores, 90%, expressa a função diagnóstica como principal função da avaliação e elege como instrumentos mais utilizados, além da prova formal prevista na portaria de avaliação, trabalhos de pesquisa em grupo e estudos dirigidos. Sugerem, ainda, trabalhos e debates baseados em filmes, aulas no laboratório e acompanhamento dos alunos. Segundo Vasconcellos

(1998), são práticas importantes, pois quanto mais instrumentos avaliativos forem utilizados, mais oportunidade o professor terá de conhecer o nível de aprendizagem do aluno e mais chances este terá para efetivar sua aprendizagem.

Em relação à estruturação da prova formal e individual obrigatória, 60% dos docentes admitem não oferecer aos alunos a possibilidade de escolha, oferecendo um número maior de questões, atitude que não favorece a individualização da avaliação.

A autoavaliação, também determinada pela portaria de avaliação, é aprovada por 60% dos professores, que definem tal procedimento como uma ação que promove a reflexão do aluno, estimulando sua autonomia e autocrítica em relação ao seu processo de aprendizagem. O grupo de professores que não concorda com a autoavaliação alega, principalmente, que grande parte dos alunos a utiliza em benefício próprio, para “ganhar mais um ponto.” Registra-se também a falta de preparação do aluno para realizá-la, uma vez que não corresponde a sua realidade.

Percebe-se, nesse aspecto, uma grande preocupação com a atribuição de valor à auto-avaliação feita pelo aluno e pouca ou nenhuma preocupação com o ganho que se pode obter, em médio prazo, transformando esse procedimento num importante instrumento de formação do educando. A autoavaliação é um tema que ainda precisa ser bastante discutido pelos profissionais do Colégio Pedro II que lidam com o PROEJA Também 60% dos docentes afirmam que a avaliação pode contribuir para a evasão no PROEJA, uma vez que a reprovação não estimula o aluno a continuar, pois gera um nível grande de frustração que contribui para diminuir sua auto-estima. Os outros professores afirmam que existem fatores mais importantes para a saída do aluno: dificuldades familiares, horário de trabalho e a falta de base para compreender os conteúdos, embora a maioria dos docentes considere bom (50%) e regular (40%) o nível de entendimento dos alunos em relação às suas respectivas disciplinas.

No que concerne ao currículo, 70% dos professores consideram-no adequado e atraente, tratando de temas atuais (professores de química e biologia), com ênfase na leitura e produção textual (professor de português). Dentre as questões que dificultam ou comprometem a adequação do currículo são citadas a falta de base dos alunos e a falta de recursos para tornar o currículo mais atraente.

Alguns professores pontuam sua falta de experiência no trabalho com EJA. Apenas 30% dos entrevistados já possuíam experiência anterior e a grande maioria aliou o desejo de trabalhar com o segmento à comodidade de trabalhar à noite.

Não houve, na ocasião da implantação do PROEJA no Colégio Pedro II, em 2006, um programa inicial de formação em serviço para os professores e demais membros da equipe pedagógica. Ao longo dos anos de 2007 e 2008 aconteceram dois grandes encontros destes profissionais onde foram discutidos temas importantes para uma melhor estruturação do Curso. Algumas práticas inclusivas e coletivas de discussão estão sendo implementadas, com o objetivo de garantir a participação de toda a comunidade escolar.

Percebe-se, na maioria dos educadores, a preocupação com a mudança e ao mesmo tempo uma autolimitação que muitas vezes os impede de avançar.

Segundo Vasconcellos (1998, p.100):

No que concerne à mudança da avaliação da aprendizagem, há uma série de fatores objetivos limitando (número de alunos em sala de aula, sobrecarga de trabalho do professor, estruturas arcaicas, etc) - e que precisam urgentemente ser superados - todavia há uma fonte de energia canalizada para um foco, a nosso ver equivocado, e o que é mais preocupante, com um forte apelo ético. O professor vem sendo vítima de certas representações marcadas por mitos, preconceitos, ideologias.

Os profissionais que trabalham com o PROEJA no Colégio Pedro II procuram, na medida do possível e superando todas as adversidades inerentes à profissão, estabelecer um processo de reflexão-ação-reflexão constante de o seu fazer pedagógico. A avaliação, nesse contexto, também precisa ser pensada a partir da diversidade dos instrumentos utilizados, tendo como foco principal um olhar inclusivo do aluno do PROEJA.

Impressões dos alunos a respeito da avaliação da aprendizagem

Responderam ao questionário 24 alunos de todas as turmas, sendo seis da 1ª série, dez da 2ª série e oito da 3ª série, com idades entre 18 (dezoito) e 71 (setenta e um) anos, estando a maioria entre 30(trinta) e 40 (quarenta) anos. Desses, 14 são do sexo feminino e 10 do sexo masculino. O equivalente a 33% está retomando os estudos após mais de dez anos de afastamento.

A maior parte dos alunos (58%) considera que a melhor forma de avaliação é a prova formal, embora o instrumento apareça na terceira

colocação na ordem de preferência entre os quatro instrumentos apresentados no questionário: em 1º lugar, trabalho de pesquisa em grupo, em 2º lugar, estudo dirigido e em 4º lugar, avaliação oral. Os alunos que não consideram a prova a melhor maneira do professor avaliar o aluno (42%), pontuam as seguintes questões: “a importância da avaliação diária”; “a necessidade do professor considerar o comportamento, a presença e a participação dos alunos” e “a tensão que a prova causa em alguns alunos”.

Dos alunos entrevistados, 84% dizem ter clareza dos critérios de avaliação utilizados pelos professores, contra apenas 16% que não entendem totalmente os critérios.

O SESOP, Serviço de Supervisão e Orientação Pedagógica é o setor encarregado da realização desse trabalho assim como de elaborar, junto com os docentes, a autoavaliação. Na questão do nível de conhecimento que apresentam em relação ao conteúdo trabalhado pelos professores, 62% admitem ter um nível razoável, 33% consideram muito bom, enquanto 5% admitem ter um nível muito reduzido de conhecimento. Quanto aos hábitos de estudo, 70% dos alunos informam que estudam em casa sempre que possível e 30% só conseguem fazê-lo perto das provas.

A maioria dos alunos entrevistados, 75%, concorda com o sistema de autoavaliação, sentem-se valorizados ao terem autonomia para dizer o que pensam de seu desempenho e desenvolvimento, mas pontuam a importância da sinceridade. Os 25% que não concordam, argumentam que há falta de honestidade e consciência da maioria e sugerem outro tipo de trabalho valendo um ponto. Todos afirmam que a avaliação contribui para o aprendizado, mas fica bastante claro que a maioria percebe a avaliação como prova, fato verificado nas justificativas realizadas a favor da avaliação (prova): “quando é cobrado, o aluno rende mais”; “quando tem prova o aluno fica mais atento”; “por causa da nota dada aos alunos”; “incentiva o aluno a estudar e fixar os conteúdos.” Ainda nesse item, 14% dos alunos produziram justificativas relacionadas ao objetivo da avaliação: “deixa o aluno mostrar seu conhecimento e se corrigir”; “mostra ao professor se o aluno aprendeu”; “ajuda o aluno a entender o que não sabe”.

Contamos ainda com 25% dos alunos que relataram experiências traumáticas em relação à avaliação – “reprovação na antiga 5ª série”; “reprovação por um milésimo”; “zero em matemática por ter confundido sinais”; “nervosismo extremo na hora da prova”; “conteúdo não dado na aula e cobrado na prova”.

Percebe-se que as experiências traumáticas desses alunos são decorrentes de uma utilização equivocada da avaliação por parte dos professores. Provavelmente as reprovações não garantiram aos alunos um

melhor rendimento escolar no ano seguinte e podem ter sido responsáveis pelo afastamento dos alunos da escola. Superar o problema da reprovação é um desafio para todos, visto que não se pode tratar a questão polarizando-a na mera aprovação.

Faz-se necessário, antes de tudo, superar a não aprendizagem. Rever a forma da avaliação é condição indispensável para a realização de um trabalho pedagógico que resista à lógica da avaliação como classificação e exclusão. É preciso também, segundo Vasconcellos (1998), superar o condicionamento histórico dos alunos em função da nota para que se possa desmontar a lógica da classificação:

Diminuir a ênfase na avaliação classificatória (notas, rituais especiais, etc.) visando realizar a avaliação processual, incorporada ao próprio processo de ensino-aprendizagem. Para esta diminuição de ênfase, entendemos que é preciso aumentar a autonomia do professor no que concerne à avaliação em sala de aula: quanto menores forem as formalidades da escola (ex: semana de provas, obrigatoriedade de professor fazer avaliação semanal, etc), mais natural e integrado ao processo de construção do conhecimento vai ficando a avaliação. Isto não quer dizer o professor fazer o que “der na telha”; seu trabalho deverá se pautar nos critérios comuns estabelecidos pelo grupo e explicitados no projeto educativo da escola. (p.106).

Toda essa abordagem aponta para a importância da reflexão e da ação, com objetivo de mudar a prática avaliativa, tendo em vista que a avaliação deve ser encarada pelo professor como um momento de aprendizagem significativa para o aluno, levando em conta que o conhecimento é mutável, construído social e historicamente, e apreendido de acordo com o ritmo de aprendizagem de cada um.

Conclusão

Refletir sobre os limites e possibilidades das práticas avaliativas na proposta do PROEJA no Colégio Pedro II é ao mesmo tempo instigante e delicado, visto que é um programa em construção, e como tal traz em seu bojo um conjunto de variáveis que interferem e provocam mudanças constantes no processo educativo. A relação professor-aluno também é muito importante e deve possibilitar ao aluno perceber-se como sujeito do processo escolar e como parte integrante e atuante do espaço escolar,

entendendo-o como um espaço democrático de aprendizagem.

Os profissionais estão se mobilizando para pensar a Educação de Jovens e Adultos, contemplando suas especificidades na vivência diária, que lhes permite cada vez mais diferenciá-la do ensino regular, foco de atuação da instituição até então. Constata-se a importância de encontros para discussão, planejamento e troca de experiências. Os profissionais que atuam no PROEJA do Colégio Pedro II convivem, diariamente, com impossibilidades e incertezas, mas também com um cotidiano escolar que permite a realização de um trabalho comprometido com o processo de (re)construção de conhecimento do aluno, considerando os vários aspectos de sua vida. Há um esforço coletivo, partilhado pela maioria desses profissionais, na elaboração de um projeto que ofereça aos alunos uma escola de qualidade, que adote práticas inclusivas, seja pautado na realidade e atinja aos interesses dos alunos.

Referências

BRASIL. *Decreto nº 5840, de 13 de julho de 2006*. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

_____. Ministério da Educação. Programa de integração da educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação de jovens e adultos. *Documento Base*. Brasília: MEC, 2006.

_____. Ministério da Educação. Colégio Pedro II. Portaria nº 745 de 09 de maio de 2008. Estabelece a Diretriz de Avaliação do Ensino nº 04/PROEJA.

DEMO, Pedro. Alguns equívocos em educação. In: MELLO, Marcos M. (Org.). *Avaliação na educação*. Paraná: Editora Melo, 2007. p. 163-175.

ENGUITA, M. Fernández. *A face oculta da escola*. Porto alegre: Artes Médicas, 1989.

HOFFMANN, Jussara M. L. *Avaliação: mito e desafio- uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.

LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Avaliação: concepção dialético-libertadora do processo de avaliação escolar*. 2.ed. São Paulo: Libertad, 1999.

_____, Celso dos S. *Avaliação: superação da lógica classificatória e excludente*. São Paulo: Libertad, 1998.